Brasília, 16 de outubro de 2026

Seleção

Sumário

Agência Brasil

Quinta-feira, 15 de outubro de 2026 | Propriedade Industrial
Conheça detalhes da regulamentação dos jogos eletrônicos no Brasil 3

Quinta-feira, 15 de outubro de 2026 | Entidades
Participação do Brasil em pesquisas clínicas cresce após marco legal 6

Blog Coluna Capital - O Globo Online

Sexta-feira, 16 de outubro de 2026 | Marco regulatório | INPI
Estatal entra em guerra judicial em projeto bilionário de urânio no Ceará 9

Capital Aberto Online

Quinta-feira, 15 de outubro de 2026 | Propriedade Intelectual
Propriedade intelectual vira ativo em operações de crédito 11

CNBC Brasil Online

Quinta-feira, 15 de outubro de 2026 | Propriedade Industrial
Brasil regulamenta setor de games com incentivos e apoio a estúdios nacionais 12

MSN Notícias

Quinta-feira, 15 de outubro de 2026 | Propriedade Intelectual
OpenAI acusa ex-funcionário de vazar dados de dispositivo de IA para Apple 13

O Globo Online

Quinta-feira, 15 de outubro de 2026 | Propriedade Intelectual
Tecnologia com visões distintas: Flávio propõe 'liberdade para inovar'; Lula defend… 15

Conheça detalhes da regulamentação dos jogos eletrônicos no Brasil



Ampliar a formação profissional, incentivar a produção nacional e tratar do impacto dos esportes digitais na saúde e na formação de crianças e adolescentes são alguns dos principais pontos da regulamentação do Marco Legal da Indústria de Jogos Eletrônicos.

Entre as medidas previstas no decreto publicado nesta quinta-feira (15) estão a criação da plataforma pública GameBrasil, o acesso do setor a mecanismos federais de fomento, ações de qualificação profissional e o incentivo à **inovação tecnológica**.

A Agência Nacional do Cinema (Ancine) ficará responsável por regulamentar o acesso da indústria de games aos mecanismos de incentivo da Lei do Audiovisual.

A agência também deverá propor normas e critérios para a apresentação de projetos de jogos eletrônicos ao Fundo Setorial do Audiovisual e estabelecer critérios para o enquadramento de games brasileiros de produção independente.

Outra medida prevista é a simplificação dos procedimentos relacionados à importação de ferramentas consideradas essenciais para o desenvolvimento dos jogos eletrônicos.

GameBrasil

A plataforma GameBrasil terá como objetivo catalogar, divulgar e promover jogos eletrônicos brasileiros. Sob coordenação do Ministério da Cultura, a página ampliará o acesso do público à produção brasileira e fortalecer o setor.

O Ministério da Cultura também poderá manter, no GameBrasil ou em ambiente vinculado à plataforma, repositório de jogos eletrônicos financiados com recursos públicos.

Esses jogos poderão ser disponibilizados para instituições públicas de ensino, pesquisa e saúde, respeitados os **direitos autorais** e de **propriedade industrial**.

Serviços previstos para a plataforma GameBrasil:

Iniciativa

Finalidade

Catálogo

Reunir jogos eletrônicos brasileiros.

Divulgação

Dar visibilidade à produção nacional.

Informações de acesso

Indicar onde os jogos estão disponíveis.

Repositório público

Poderá reunir jogos financiados com recursos públicos.



Brasília (DF) 22/10/2024 Criança faz uso de celular, tablet e computador
Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Uso institucional

Disponibilizar os jogos do repositório a instituições públicas de ensino, pesquisa e saúde.

Rede nacional

O decreto prevê ainda a criação, pelo Ministério da Cultura, de uma rede nacional de espaços de formação, experimentação, pesquisa e desenvolvimento

de jogos eletrônicos.

A adesão será voluntária e poderá incluir:

equipamentos públicos;

instituições de ensino, pesquisa e extensão;

laboratórios;

estúdios;

museus;

Núcleos de **Inovação Tecnológica**;

incubadoras;

aceleradoras;

parques científicos e tecnológicos.

A rede deverá estimular a cooperação e o compartilhamento de infraestrutura, conhecimentos e experiências. Também deverá contribuir para a execução de projetos conjuntos, além da formação de estudantes e profissionais.

Formação profissional

O Ministério da Cultura poderá desenvolver ações de formação, qualificação e capacitação profissional por meio da Escola Solano Trindade de Cultura e Economia Criativa (Escult).

O Ministério da Educação (MEC) poderá incentivar cursos, pesquisas, projetos de extensão, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo relacionados aos jogos eletrônicos.

Para cursos de qualificação profissional, o MEC também poderá usar instrumentos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

As ações educacionais deverão contribuir ainda para o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos, especialmente entre integrantes de grupos socialmente vulnerabilizados ou sub-representados.



Brasília (DF) 27/03/2024 - começa nesta quarta no Estádio Mané Garrincha Tema este ano é To infinity and beyond (Ao infinito e além). Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

Saúde e treinamento

O Ministério da Saúde deverá regulamentar o uso o de jogos eletrônicos para fins terapêuticos.

A futura norma definirá as finalidades terapêuticas, parâmetros de utilização e requisitos técnicos e sanitários aplicáveis.

Já a implantação de games para treinamento e capacitação deverá observar parâmetros específicos.

Games em treinamento e capacitação deverão seguir os seguintes parâmetros:

fidelidade da simulação aos objetivos da atividade;

adequação do desenho instrucional;

desempenho técnico;

usabilidade e acessibilidade;

segurança e privacidade;

proteção e tratamento adequado de dados pessoais;

tempo de utilização compatível com os objetivos do treinamento;

supervisão humana conforme a natureza e o risco da atividade simulada.

Esportes eletrônicos

O decreto reconhece os esportes eletrônicos como manifestação esportiva de natureza competitiva, praticada individualmente ou em equipes por meio de jogos eletrônicos.

As modalidades poderão ser disputadas em competições, campeonatos, torneios, ligas e outros formatos reconhecidos pelas organizações esportivas.

As organizações ligadas aos esportes eletrônicos também poderão integrar o Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), observadas as regras da legislação

esportiva.

O Ministério do Esporte deverá promover a integração dos esportes eletrônicos às políticas públicas destinadas à formação esportiva, desenvolvimento de atletas, competições, pesquisa, inovação, integridade, inclusão e acessibilidade.

Crianças e adolescentes

A implementação do marco legal deverá observar as normas específicas de proteção de crianças e adolescentes.

Além disso, os fornecedores de jogos eletrônicos deverão buscar medidas técnicas para garantir desenho universal e acessibilidade dos serviços, sistemas e comunidades oficiais vinculados aos jogos.

Sempre que possível, a acessibilidade também deverá estar presente nos mecanismos de proteção e segurança destinados ao público infantojuvenil.

Participação do Brasil em pesquisas clínicas cresce após marco legal



O marco legal para a realização de pesquisas clínicas no Brasil está impulsionando a participação do país em estudos globais. Esta é a avaliação de pesquisadores e representantes da indústria farmacêutica reunidos no fórum para jornalistas Saúde como Investimento, realizado em San Jose, capital da Costa Rica, entre os dias 6 e 8 de outubro.

Dados da **Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa** (**Interfarma**) mostram que a posição brasileira no ranking de países que mais fazem esses testes subiu da 18ª para 12ª, de 2025 até o primeiro semestre de 2026. A associação também projeta que a 10ª posição possa ser alcançada em pouco tempo, com os novos investimentos previstos, superiores a R$ 2 bilhões anuais.

A Lei 14.874, ou Lei de Pesquisa Clínica, tramitou no Congresso por quase 10 anos, sendo finalmente sancionada em maio de 2024 e regulamentada pelo governo federal em outubro de 2025. Este é o primeiro marco legal sobre pesquisas clínicas instituído no Brasil, atividade que antes era regulada apenas por normas do Conselho Nacional de Saúde e da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (**Anvisa**).

As pesquisas clínicas são uma etapa fundamental para o desenvolvimento de novos medicamentos, tecnologias e procedimentos de saúde. Geralmente contemplam três fases em que essas inovações são testadas em um número crescente de pessoas, para comprovar se são seguras e eficazes. Isso só acontece depois de testes bem sucedidos em laboratório e animais.

No Brasil, as pesquisas clínicas só são permitidas após aprovação de um comitê de ética, responsável por resguardar os direitos dos participantes, e da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (**Anvisa**), que verifica se os procedimentos pretendidos atendem aos requisitos de boas práticas.

Novos prazos

A nova lei criou o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, reorganizando os fluxos de trabalho dos comitês, e encurtou os prazos de análise. Agora, o parecer ético deve ser emitido em até 30 dias úteis, e a avaliação da **Anvisa**, em até 90 dias úteis, excluindo prazos de recurso e esclarecimentos.

A presidente da Roche Brasil, Lorice Scalise, lembra que nos casos de pesquisas multicêntricas, que recrutam voluntários em diversas cidades, somente o prazo de análise ética poderia se estender por um ano, e só depois a análise sanitária era iniciada. Hoje, os dois processos podem ocorrem em paralelo.

"Vamos supor que tem dez centros participando de um estudo. Antes a gente precisava da aprovação do comitê de ética local de cada centro de pesquisa. Agora um comitê acreditado é responsável por fazer a comunicação com os demais e dar o parecer final", explica.

Scalise avalia que a lei simplificou a análise regulatória sem perder o rigor. "A **Anvisa** é uma das agências mais renomadas, é referência no mundo inteiro. A gente ainda tem alguns gargalos de fila (de processos para análise), mas todas as questões estão sendo trabalhadas. Hoje, a gente tem um excelente processo", acrescenta.

De acordo com a presidente da Roche Brasil, a redução dos prazos aumentou a atratividade do Brasil, que já é um destino valorizado para pesquisas clínicas por causa da diversidade genética dos voluntários, o que produz resultados confiáveis para populações variadas.

Continuação: Participação do Brasil em pesquisas clínicas cresce após marco legal

A nova legislação também possibilita que o país receba mais ensaios de Fase 1 e Fase 2, que envolvem uma quantidade menor de pessoas, mas têm exigências mais rígidas, já que a segurança do medicamento em humanos ainda está sendo avaliada.

Somente a Roche pretende investir cerca de R$590 milhões por ano em pesquisas clínicas no país.

Entre os estudos já em andamento, há novas medi-

cações sendo testadas no Brasil para Alzheimer, Parkinson, câncer de mama, lúpus, e uma nova opção de caneta emagrecedora.

A diretora de investigação clínica da farmacêutica, Danielle Galbiatti, destaca que essas cifras também promovem o desenvolvimento do setor científico do país:



Canetas para aplicação de insulina,exame da curva glicêmica

"É um movimento de união com centros de pesquisa, laboratórios. Com essa projeção e a vinda de novos estudos, existe a necessidade de capacitar os profissionais e as unidades"

Com isso, a indústria também vem investindo na capacitação de centros das regiões Norte e Nordeste, para diminuir a concentração do Sul e Sudeste e garantir mais diversidade genética, social e cultural. "Um estudo é um ambiente controlado. O centro de pesquisa tem que ter uma equipe muito bem estruturada, porque esse paciente precisa de uma assistência diferente", complementa Galbiatti.

Ela acredita que essa capacitação também será impulsionada pelo Programa Nacional de Inovação em Saúde, lançado em julho pelo governo federal. Entre os princípios do programa constam o fortalecimento da base científica nacional, a integração com o setor produtivo, e o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias "emergentes e disruptivas", que sejam de interesse do Sistema Único de Saúde.

América Latina

Os esforços do Brasil estão alinhados com uma agenda de toda a América Latina. O diretor estratégico do Conselho Administrativo da Fundação de Pesquisa e Inovação da Costa Rica, Mario Urcuyo, declarou no evento que a profissionalização dos centros de pesquisa da região é "a parte mais importante" para enfrentar a grande concentração de investigações clínicas nos Estados Unidos e na Europa.

"Temos um desafio muito importante, porque nem sempre contamos com coordenadores e monitores de pesquisa. Não existem carreiras profissionais específicas para essas funções e precisamos desenvolver essa estrutura ao longo do tempo", acrescentou.

De acordo com ele, proporcionar que mais profissionais atuem em pesquisa clínica também gera benefícios para os pacientes em geral:

"Proporciona ferramentas para melhorar a qualidade da assistência, porque os profissionais passam a ter acesso aos mais elevados padrões de qualidade, exigidos para a realização das pesquisas"

Urcuyo defendeu ainda que as pesquisas clínicas oferecem uma grande oportunidade para pessoas com doenças graves acessarem medicamentos promissores de forma antecipada, ao participar dos testes.

Benefício

A pesquisadora do Centro Médico Nacional 20 de Novembro, referência em pesquisa e tratamentos de alta complexidade do México, Fedra Irazoque, acrescentou que mesmo os participantes incluídos no grupo de comparação, e que portanto não recebem a substância pesquisada, são beneficiados:

"Estar no grupo placebo não significa ficar sem receber nenhum medicamento, mas sim receber o melhor tratamento já existente. E após algumas semanas, esse paciente também passa a receber a molécula ativa e pode se beneficiar da mesma forma"

Fedra defende que marcos regulatórios, como o que foi aprovado no Brasil, sejam estabelecidos a nível regional. "Não é possível que o Brasil tenha uma regulamentação, a Costa Rica outra, o México outra, sem que cheguemos a um acordo para agilizar esse processo. Assim, poderíamos alcançar uma representatividade muito mais significativa"

Continuação: Participação do Brasil em pesquisas clínicas cresce após marco legal

*O evento foi realizado pela farmacêutica Roche e a repórter participou a convite da empresa

Estatal entra em guerra judicial em projeto bilionário de urânio no Ceará



Capital

A Indústrias Nucleares do Brasil (INB) se prepara para levar à Justiça uma disputa com a Galvani Fertilizantes por uma **patente** ligada ao projeto bilionário de exploração de urânio e fosfato de Santa Quitéria, no Ceará, apurou a coluna

Brasil planeja abrir setor de urânio, diz agência

Rodolfo Galvani Junior, integrante do conselho de administração do grupo Galvani, consta como titular da **patente**.

Enquanto isso, a estatal reivindica, por sua vez, a cotitularidade por entender que a tecnologia foi desenvolvida no âmbito do consórcio entre as empresas.

A decisão de ajuizar a ação foi autorizada pela diretoria executiva da INB, por meio da Resolução de Diretoria Executiva (RDE 52/26), segundo resposta enviada à coluna. A INB não informou se a ação já foi protocolada.

O pedido de **patente** foi apresentado ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** (**INPI**) em 5 de dezembro de 2023 e trata de um processo de purificação de ácido fosfórico. João de Brito e Laurence Galvani aparecem no pedido como inventores. A **patente** foi concedida em dezembro de 2024, como consta no site do **INPI**.

A INB sustenta que tem direito à cotitularidade porque o contrato do consórcio prevê o compartilhamento da **propriedade industrial** de tecnologias desenvolvidas em conjunto.

O consórcio entre a INB e a Galvani foi firmado em 2009 e tem prazo de 25 anos.

Na jazida de Itataia, o urânio está associado à rocha fosfática e precisa ser separado durante o processamento. Pelo desenho do consórcio, o fosfato é destinado à produção de fertilizantes pela parceira privada, enquanto o concentrado de urânio deve ser entregue à estatal.

Origem da disputa

Documentos obtidos pela coluna apontam que, a partir de 2019, foram realizados testes de bancada e trabalhos em escala piloto para desenvolver a rota tecnológica do projeto.

Grande parte das atividades ocorreu nos laboratórios da Unidade em Descomissionamento de Caldas (UDC), em Minas Gerais, pertencente à INB, com acompanhamento de técnicos da estatal e utilização de minério de urânio de sua propriedade.

A INB tomou conhecimento do pedido de **patente** em março de 2024 e passou a investigar sua relação com os trabalhos realizados para Santa Quitéria. Segundo a apuração, a estatal identificou semelhanças entre o processo patenteado e testes do consórcio, especialmente na etapa de remoção de tório e outras impurezas do ácido fosfórico.

A Galvani foi questionada pela INB em 2024 e disse que o processo patenteado poderia ser aplicado a diferentes tipos de ácido fosfórico e não se restringiria a Santa Quitéria, apurou a coluna.

A INB disse que há testes em escala piloto pendentes, necessários para concluir a validação prevista em contrato.

"A rota tecnológica de separação do fosfato e do urânio foi desenvolvida em conjunto, estando pendentes alguns testes em escala piloto, necessários para validação do processo, como previsto em contrato", informou a estatal por e-mail.

Segundo uma fonte ouvida pela coluna, a INB cobrou avanços nessa etapa em 2021, 2023 e 2025.

Negociação frustrada

Depois da concessão da **patente**, a Fosnor, ligada à Galvani, propôs permitir que a INB utilizasse a tecnologia em Santa Quitéria sem pagar royalties ou indenização. A oferta estava condicionada à transferência da participação privada no consórcio para uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser criada pela Fosnor.

A INB, então, rejeitou a criação da SPE. Segundo uma fonte a par das negociações, a estatal considerou insuficientes a estrutura financeira e as garantias apresentadas para a nova sociedade.

A proposta de uso gratuito da tecnologia permaneceu pendente depois da rejeição da mudança societária. Posteriormente, a INB recusou também essa oferta, por entender que uma licença de uso não substituiria o reconhecimento de sua cotitularidade.

Segundo apurou a coluna, a estatal notificou a Galvani e deu prazo de 15 dias para que a INB fosse incluída como cotitular da **patente**, sob pena de recorrer à Justiça. A exigência não foi atendida, de acordo com uma fonte ouvida pela coluna.

As empresas mantiveram reuniões ao longo de 2025, mas não chegaram a um acordo. A direção da INB passou, então, a preparar a contratação de um escritório especializado em **propriedade industrial** para conduzir a controvérsia judicial, segundo o relato obtido pela coluna.

Projeto bilionário

Os direitos minerários sobre Itataia pertencem à INB. O investimento estimado para tirar Santa Quitéria do papel varia de US$ 500 milhões a US$ 700 milhões, segundo informações apresentadas à coluna.

O empreendimento tem produção anual projetada de cerca de 1 milhão de toneladas de fertilizantes fosfatados, 200 mil toneladas de fosfato bicálcico para alimentação animal e 2,3 mil toneladas de concentrado de urânio.

Mesmo diante da disputa, a INB mantém a previsão de início de operação em 2031. A estimativa, segundo a estatal, considera a conclusão dos testes da rota tecnológica e o desenvolvimento do projeto básico.

A empresa informou que continuará cobrando da Galvani os testes previstos no contrato e que considera sua conclusão essencial para o avanço do licenciamento ambiental.

O projeto também acumula dificuldades anteriores no licenciamento. Segundo uma fonte ouvida pela coluna, duas tentativas anteriores foram arquivadas, em 2019 e 2022, por insuficiências técnicas.

'Lição aprendida'

A experiência no consórcio com a Galvani passou a ser vista pela INB como uma "lição aprendida" para futuras parcerias privadas, segundo uma fonte ouvida pela coluna.

Segundo informações adiantadas pela Bloomberg em julho, uma minuta de decreto em discussão no governo previa participação mínima de 20% da INB em novos empreendimentos de exploração de urânio.

A estatal tem trabalhado com o BNDES na elaboração de um novo modelo de parceria para a exploração de depósitos de urânio, apurou a coluna.

Diferentemente do consórcio firmado com a Galvani, o formato em discussão poderá permitir a participação societária de investidores privados e sua remuneração por meio da comercialização do urânio.

A fonte ressalvou, porém, que o novo modelo não foi criado em decorrência do conflito com a Galvani. A experiência de Santa Quitéria é considerada na avaliação de riscos das futuras parcerias.

Procurada, a Galvani informou que os assuntos relacionados ao projeto são tratados no âmbito do Consórcio Santa Quitéria.

"Seguimos plenamente comprometidos com o desenvolvimento do projeto e dedicados a todos os trabalhos necessários à sua implantação, em razão de sua relevância estratégica e de seu potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país", afirmou a Galvani, em nota enviada por e-mail.

Propriedade intelectual vira ativo em operações de crédito

Marcas, patentes e outros ativos de **propriedade intelectual** começam a ganhar um papel novo nas operações de crédito no Brasil. O que antes servia para proteger a identidade ou assegurar a vantagem competitiva de uma empresa passa também a funcionar como garantia em financiamentos, debêntures e reestruturações.

Essa mudança acompanha uma transformação mais ampla na composição do valor das companhias. Estudo da consultoria Ocean Tomo mostra que em 2025 ativos intangíveis já respondiam por mais de 90% do valor de mercado das empresas do S&P; 500.

Para Luiza Tângari, sócia da área de **Propriedade Intelectual**, Tecnologia e Inovação do Madrona Advogados, essa realidade já chegou às empresas brasileiras. "Hoje em dia, muitas vezes, as empresas não têm um imóvel, elas não têm maquinário. O valor está na tecnologia, nas marcas, no know-how ", afirma.

Levantamento feito pelo escritório em 87 edições da Revista da **Propriedade Industrial**, entre 2024 e 2025, identificou dezenas de averbações de garantias reais envolvendo marcas, patentes e desenhos industriais em FIDCs, debêntures e reestruturações financeiras.

Um exemplo é a aquisição das ações da Natulab, antes controlada por fundos da Pátria, pela Polirex. Para financiar parte da operação, a Nalub emitiu debêntures e ofereceu marcas da empresa em garantia, por meio de alienação fiduciária.

Outro caso envolveu dívidas tributárias e previdenciárias. A aérea Voepass utilizou marcas como garantia perante a União para débitos inscritos em dívida ativa, movimento que chamou atenção por envolver um credor tradicionalmente mais conservador.

Segundo Luiza, o levantamento não identificou um padrão setorial entre as empresas que recorrem a esse tipo de garantia. "Notamos uma tendência em relação ao tipo de contrato que foi registrado", diz, citando operações societárias e de investimento.

Brasil regulamenta setor de games com incentivos e apoio a estúdios nacionais



Governo federal regulamenta a indústria de jogos eletrônicos no Brasil, com medidas de incentivo à produção nacional

O governo federal definiu novas regras para a indústria de jogos eletrônicos no Brasil. Com isso, o decreto publicado nesta quinta-feira (15) prevê medidas de apoio. A proposta inclui estúdios nacionais, ampliar a formação de profissionais e estabelecer diretrizes para o uso de games em áreas como saúde, educação e esportes.

Entre as novidades estão a criação da plataforma GameBrasil, o acesso a incentivos públicos e a formação de uma rede de espaços voltados à pesquisa e ao desenvolvimento de jogos .

Leia também: GTA 6 pode se tornar um dos maiores lançamentos da história dos games; entenda por quê

Incentivo para a indústria

A plataforma GameBrasil ficará sob coordenação do Ministério da Cultura e terá a função de reunir e divulgar jogos produzidos no país. Com isso, o serviço também poderá indicar onde encontrar os títulos e manter um catálogo de games desenvolvidos com recursos públicos.

Dessa forma, os jogos poderão chegar a instituições públicas de ensino desde que respeitem os **direitos autorais** e as regras de **propriedade industrial**. O decreto também atribui novas tarefas à Agência Nacional do Cinema (Ancine), que deverá definir como empresas do setor poderão acessar incentivos da Lei do Audiovisual e do Fundo Setorial do Audiovisual.

Pesquisa voltada a jogos

Siga o Times | CNBC no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo.

Siga o Times | CNBC

Junto com as propostas, o Ministério da Cultura poderá organizar uma rede nacional de espaços dedicados à formação, à pesquisa e à criação de jogos eletrônicos. Com isso, a iniciativa poderá reunir universidades, laboratórios, estúdios, museus e parques tecnológicos.

A rede deverá incentivar parcerias e o compartilhamento de equipamentos, conhecimentos e experiências entre instituições e profissionais. Já o Ministério da Educação poderá apoiar cursos, pesquisas e projetos de inovação por meio do Pronatec, com atenção a grupos que enfrentam dificuldades de acesso à formação profissional .

Leia também: Mercado de games da Índia supera US$ 1 bilhão pela primeira vez

Proteção de crianças e adolescentes

A regulamentação também determina atenção às normas de proteção de crianças e adolescentes . Os fornecedores de jogos deverão buscar recursos que facilitem o acesso de pessoas com diferentes necessidades e melhorem a segurança dos ambientes ligados aos games.

Com as novas regras, o governo pretende ampliar o apoio à produção brasileira e estabelecer diretrizes para diferentes usos dos jogos eletrônicos , da formação profissional às competições esportivas.

OpenAI acusa ex-funcionário de vazar dados de dispositivo de IA para Apple



A OpenAI está acusando um ex-funcionário de roubo de **propriedade intelectual** relacionada a um dispositivo ainda não lançado e de compartilhar algumas dessas informações com a Apple.

Segundo uma petição judicial apresentada pela desenvolvedora na quarta-feira (14), o funcionário, que trabalhava anteriormente na Apple, ingressou na OpenAI por seis meses e depois retornou à Apple.

A empresa afirmou que o funcionário baixou mais de 100 arquivos altamente confidenciais para suas contas pessoais antes de retornar à empresa original.

Os arquivos transferidos incluem "imagens detalhadas do(s) dispositivo(s) ainda não lançado(s), bem como dados de engenharia e fabricação altamente confidenciais sobre o(s) dispositivo(s)", segundo o processo. O último arquivo foi enviado em junho, no último dia de trabalho do funcionário, alega a OpenAI.

A desenvolvedora ainda afirmou que o ex-funcionário, cujo nome não foi divulgado, "fez uma apresentação sobre os planos de produto da OpenAI para a alta direção da Apple, incluindo o vice-presidente de operações da Apple na Ásia".

"Essa apresentação parece ter ocorrido meses atrás - e agora, munida dessas informações, a Apple está investindo novamente em produtos com inteligência artificial", escreveu a OpenAI no documento.

A Apple disse à CNN Internacional que não encontrou evidências que corroborem as alegações e que possui políticas rigorosas para garantir que novos funcionários não utilizem informações confidenciais de empregos anteriores. A empresa também

afirmou que trabalhará com a OpenAI para corrigir quaisquer informações da desenvolvedora encontradas em seus sistemas.

A Apple acusou a OpenAI de tentar desviar a atenção das alegações originais do processo.

As acusações surgiram como parte de um documento apresentado em um processo em andamento que a Apple moveu contra a OpenAI em julho, alegando que a empresa de IA roubou segredos comerciais da fabricante do iPhone para desenvolver seus próprios dispositivos.

A empresa da maçã alegou em sua petição inicial que ex-funcionários que foram trabalhar para a OpenAI baixaram arquivos confidenciais e incentivaram candidatos a emprego a levar peças da Apple para entrevistas na OpenAI. A desenvolvedora negou as acusações, afirmando que a companhia não conseguiu identificar nenhum segredo comercial roubado e solicitou o arquivamento do caso.

https://www.youtube.com/shorts/umTimhJew3Y

Corrida em inteligência artificial

Ambas as empresas estão em uma corrida para criar dispositivos com inteligência artificial.

Esta semana, a Apple anunciou o HomeView, seu maior investimento no mercado de casas inteligentes em quase uma década, e uma versão reformulada da Siri, que se tornou uma peça fundamental da estratégia de IA da empresa.

Já a OpenAI está trabalhando em um dispositivo com inteligência artificial, que, segundo relatos, será um pequeno alto-falante inteligente sem tela. No ano passado, a desenvolvedora contratou o ex-chefe de **design de produto** da Apple, Jonny Ive, e sua empresa, a io, para assumir as responsabilidades de design e criação.

Embora engenheiros e pesquisadores troquem de empresas regularmente no Vale do Silício, a Apple afirmou em um documento judicial que a OpenAI

Continuação: OpenAI acusa ex-funcionário de vazar dados de dispositivo de IA para Apple

contratou mais de 400 de seus ex-funcionários.

https://stories.cnnbrasil.com.br/tecnologia/veja-tudo-o-que-a-inteligencia-artificial-da-apple-e-capaz-de-fazer/

Tecnologia com visões distintas: Flávio propõe 'liberdade para inovar'; Lula defende soberania e regulação

Para especialistas, no caso do candidato do PL faltam detalhes sobre como implantar as propostas. Com relação ao petista, a questão é não avançar muito em relação ao que já foi feito

Um dos principais temas da agenda econômica global, a inteligência artificial (IA) surge de maneira discreta e com poucos detalhes nos planos de governo dos candidatos(PT) e(PL) - embora apareça salpicada ao longo dos documentos, a IA só ganha espaço próprio em duas páginas de cada plano. Neles, há visões distintas sobre o papel da tecnologia no país. O petista mira em construção de capacidade tecnológica própria e regulação, enquanto o filho de Jair Bolsonaro aposta na aplicação no serviço público, na oferta de recursos naturais e em regulação mínima.

O programa do PT praticamente incorpora a agenda do Plano Brasileiro de(PBIA), lançado em 2024 pelo governo federal para orientar o desenvolvimento da tecnologia no país. Com orçamento de R$ 23 bilhões até 2028 - dos quais R$ 14,7 bilhões já foram executados, segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) - , o PBIA trata de soberania de dados e de computação, IA sustentável, grandes modelos de linguagem (LLMs) em português e regulação com transparência algorítmica.

O plano petista propõe a compra de supercomputadores "desenvolvidos e operados por instituições nacionais", além de desenvolver IAs em português e em outras línguas, apoiadas numa "plataforma nacional de dados para treinamento e avaliação". Atualmente, o MCTI tem, como parte do PBIA, um edital para compra de supercomputadores orçado em R$ 1,06 bilhão.

Sem dar detalhes, o documento afirma querer fomentar toda a cadeia tecnológica, de data centers a serviços em nuvem, com destaque para a "IA desenvolvida por empresas brasileiras". A ideia é fazer isso por meio de investimentos e compras governamentais e da promoção de sinergias entre "empresas públicas e privadas".

Soberania em questão

O programa do PL não usa a expressão "soberania tecnológica" e chega perto do tema em um único momento, ao afirmar: "Mais do que usar a IA, o Brasil tem tudo para produzi-la. Não seremos apenas consumidores de tecnologia: seremos também seus desenvolvedores e produtores". Não indica, porém, como isso pode ser feito.

Em relação ao plano de Lula, os especialistas apontam dois problemas. O primeiro está ligado ao fato de as propostas estarem muito coladas ao PBIA, como diz Luca Belli, coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio:

- O PBIA foi criado para implementar uma estratégia com ações específicas. São ações que podem ser muito interessantes, porém não estão organicamente conectadas a um pensamento de transformação estratégica do país no médio e no longo prazo. O que falta é justamente a visão orgânica. Qual é o objetivo de longo prazo?

Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, respondeu sobre a visão de longo prazo:

- O que está hoje no PBIA vai além de 2028. Ele vai permitir dar um salto e garantir uma difusão maior de IA. É bem provável que depois exista um "PBIA 2", a partir do que a gente conseguiu formar de capacidade.

Já Anderson Soares, vice-presidente da AI Brasil e fundador do Centro de Excelência em IA da Universidade Federal de Goiás (UFG), afirma que existe diferença entre produzir ativos de **propriedade intelectual** (como supercomputadores ou modelos de linguagem) e convertê-los em inovação prática. Para ele, o plano petista falha ao não explicar como vai integrar Estado e empresas privadas para o avanço da IA no país:

- A soberania só vai ser plena quando a gente falar também da capacidade de o setor privado transformar isso em inovação. Se você não tiver empresa ofertando isso na forma de produtos e serviços, o plano vai virar peça de marketing.

Continuação: Tecnologia com visões distintas: Flávio propõe 'liberdade para inovar'; Lula defende soberania e regulação

A ministra deafirma que o Estado atuará como indutor do desenvolvimento por meio das agências de fomento (BNDES, **Finep** e Embrapii). Diz que essa integração ocorrerá por meio de quatro eixos: uso do poder de compra do Estado, doação de créditos de supercomputação, editais de desafios nacionais e disponibilização de assistente de IA para pequenos negócios. Segundo ela, parte do que é feito para o governo depois fica disponível para o setor privado.

Dados sensíveis de cidadãos

O plano deé ainda menos detalhado e se concentra em três aspectos: digitalização do setor público, difusão massiva de IA para pequenas empresas e ambiente regulatório leve. A campanha do senador não respondeu à reportagem para tratar dos temas aqui discutidos.

O documento diz que a IA estará "a serviço de toda a jornada do cidadão". Promete assistentes automatizados que indicam os serviços e benefícios a que os cidadãos têm direito, identidade digital única integrada ao Gov.br (com assistentes ativados por voz), uso de IA para agilizar o agendamento de consultas e exames no SUS e uma plataforma com IA da Caixa que identifica as oportunidades certas (crédito, habitação, empreendedorismo) para os cidadãos.

Entre as ideias, destaca-se a ClarIA, assistente virtual para mulheres que vai de orientações sobre medida protetiva ao agendamento de mamografia e outros exames, além de ofertas de emprego, crédito e casa própria.

Propostas de transformação digital do setor público não são novidade e ganharam a "camada de IA" por ser o tema do momento, avaliam os especialistas. O programa do PT também fala do uso de IA em serviços que vão do Portal da Transparência ao SUS. O programa de Bolsonaro falha ao não detalhar como isso será feito.

- A grande barreira do setor público é ter de atender desde o pós-doutor até o cidadão analfabeto. Se você fizer isso usando os serviços de uma big tech, aumenta a dependência externa - explica Soares.

Já Belli, da FGV, fala da falta de detalhamento em propostas que usam dados sensíveis dos cidadãos, como a ClarIA:

- Dados sobre saúde e violência doméstica são extremamente sensíveis e poderiam ser usados para treinar uma IA que a gente nem sabe qual é. Esse não é um assunto muito explícito na proposta do PL.

O plano do bolsonarista também fala na criação da Estratégia Nacional de Inteligência Artificial, com o objetivo de difundir a IA para as micro, pequenas e médias empresas em larga escala, com prioridade para indústria, agronegócio, saúde e logística. É um tema que parece contemplado no PBIA, que planeja destinar R$ 13,79 bilhões ao setor empresarial - o plano do PT também fala em difundir a tecnologia no agro, na saúde e nos serviços financeiros.

Não está claro se, caso eleito, o senador planeja alterar o PBIA ou substituí-lo inteiramente pela nova estratégia.

Belli afirma que o texto da nova estratégia omite se ela será desenvolvida sobre infraestrutura e laboratórios nacionais ou se afunilará o mercado para os modelos de multinacionais, como OpenAI, Google e Microsoft.

Visões distintas de regulação

Um dos maiores pontos de divergência entre os planos está na regulação da tecnologia. O único momento em que o plano do PL passa pelo assunto envolve a difusão de IA pelas empresas. O documento diz que vai criar legislação voltada "à liberdade de criar e inovar, inspirada nas melhores práticas internacionais, para que a tecnologia seja desenvolvida aqui sem entraves, em vez de sufocada por regras que afugentam o investimento".

- Essa proposta me lembra o PL 21/2020, que tinha uma abordagem legislativa minimalista. Se "legislação voltada à liberdade de criar e inovar" significa sete artigos dizendo que "a IA deve ser ética", isso consagra na lei a possibilidade de fazer basicamente o que cada um quiser - afirma Belli.

Nesse sentido, a proposta de Bolsonaro é próxima da abordagem denos EUA, que, no começo do mês, fechou um acordo com as gigantes do setor para um modelo de autorregulação. O Japão também adotou uma abordagem de regulação mínima sobre o setor. Diogo Cortiz, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), compara a proposta do PL à Estratégia Brasileira de(EBIA), lançada em 2021 no governo de Jair Bolsonaro:

- O EBIA era algo principiológico, quase uma carta de intenções. Não tinha metas nem orçamento destinado. A gente vê isso também refletido um pouco no plano do Flávio.

Por outro lado, o plano petista traz regulação ampla para o setor. O documento fala em "transparência algorítmica" para "proteger trabalhadores na economia digital". O conceito também aparece sob o tópico que trata da regulação de conteúdos sintéticos. A proposta é criar o "Centro Nacional de Transparência Algorítmica" para que decisões automatizadas possam ser examinadas - o projeto também fazia parte do PBIA.

O programa deainda fala na aprovação de lei de **direito autoral** no ambiente digital e de IA, para que músicos, autores e artistas sejam remunerados pelas plataformas. Por fim, reafirma a necessidade de regular as plataformas digitais. "É parte da reafirmação da democracia avançar ainda mais na regulação democrática das redes sociais e das plataformas digitais, de modo a impedir que difundam desinformação, acolham campanhas de ódio e outras formas de comunicação nocivas à democracia", diz o plano.

Atualmente, o Marco da IA, que pretende regular a tecnologia, está parado na Câmara após ser aprovado no Senado em 2025. Anderson Soares, da UFG, considera que trazer regulação ampla para propostas de IA pode ser um problema:

- Defendo uma visão de regulação mais reativa, diferente do que foi feito no Congresso Nacional, por causa da complexidade de regular uma tecnologia de propósito geral. Se você a regula no desenvolvimento, pode cercear na fonte um desfecho que é improvável.

A ministra Dweck discorda:

- Dizer que regulação atrapalha o desenvolvimento tecnológico é uma não discussão. Uma escova de dente é mais regulada do que a IA. A regulação brasileira será proporcional ao risco, para dar segurança jurídica e permitir a inovação.

Data centers

Os dois programas incluem a atração de data centers como parte da política de IA. O programa de Bolsonaro fala em tornar o Brasil um "polo global de data centers sustentáveis". No entanto, a proposta se concentra exclusivamente nas ferramentas de atração dessas infraestruturas, deixando de lado as salvaguardas ambientais.

O PL fala em reduzir impostos sobre energia e combustíveis para tornar o país competitivo na atração de data centers, aproveitando a capacidade de energia limpa do Nordeste.

Além disso, o programa de Bolsonaro associa diretamente os minerais raros à atração de data centers. O documento diz: "Temos lítio, nióbio, grafite, cobre, níquel, urânio e terras-raras, insumos essenciais para semicondutores, baterias, turbinas eólicas, veículos elétricos, defesa e inteligência artificial. E temos algo que quase ninguém tem junto: o mineral e a energia limpa e competitiva para transformá-lo aqui dentro".

- É uma leitura muito rasa da tecnologia. Os data centers estão passando por um processo de modernização, mas não estão isentos de externalidades, tanto de impacto ambiental quanto social. É preciso equalizar os ganhos e os malefícios da tecnologia - diz Cortiz, da PUC-SP.

Os especialistas também apontam que o modelo pode transformar o Brasil em mero exportador de commodities - incluindo energia - também no cenário tecnológico.

- Se você pensar nisso como uma esteira industrial, o plano funciona. Sem isso, não adianta eu ter uma política de data center no Brasil, porque você vira exportador de commodity - diz Soares, da UFG.

É uma preocupação que os especialistas também dirigem ao plano do PT, que não explica como essas infraestruturas ajudam o Brasil a elevar sua posição na cadeia global. O documento, porém, detalha condições para a presença de data centers no país. Entre elas estão eficiência energética, uso progressivo de fontes 100% renováveis e avaliação de impactos sobre o sistema elétrico e sobre as populações locais.

Além disso, condiciona a instalação à reserva de capacidade computacional para o mercado interno.

O plano também empresta quase tudo que está no Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (Redata), sancionado em setembro. Na época, especialistas criticaram a lei por remover a exigência de fontes de energia "limpas", substituindo-a por fontes "renováveis". Novamente, a crítica é de que o plano do PT não vai além do que já foi feito.

A ministra Dweck diz:

Continuação: Tecnologia com visões distintas: Flávio propõe 'liberdade para inovar'; Lula defende soberania e regulação

- O Redata já é um projeto de futuro. Ele vai começar praticamente agora e vai durar os próximos dez anos. A gente está trabalhando nesse planejamento para que não seja algo questionado no futuro, como está ocorrendo nos EUA, que fez sua expansão de data centers de maneira desregulada.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais 1,2,3,10,13,14,15,16
Entidades 4,5,6,13,14,15,16
Marco regulatório | INPI 7,8
Patentes 7,8
Propriedade Industrial 1,2,3,7,8,9,10
Propriedade Intelectual 9,11,12,13,14,15,16